

A busca por uma cosmologia do trabalho indígena no século XIX: modo de vida indígena e economia de aldeamento no Nordeste brasileiro

O mais passadio, a nudez, o uso frequente da jurema¹ e da catingueira/vinhos nocivos e que embriagão², relata o então diretor parcial do aldeamento da Palmeira, Alexandre Gomes de Oliveira, em ofício enviado ao Governo³, apresentando a sua leitura sobre o modo de vida dos indígenas sob sua responsabilidade. Destaca ainda que os indígenas não tinham casa, roça ou qualquer propriedade. Quanto as casas, observa que *com preguiça de fazerem telha moram em umas como tendas de palha de ouricuri, pouco susceptível de duração, de maneira que no fim de seis meses, já precisão de nova palha para as tendas*. O olhar de estranhamento do diretor permite identificar alguns aspectos presentes no modo de vida indígena que podem representar - implícita ou explicitamente - uma forma particular dos indígenas se relacionarem com mundo; a sua concepção de mundo.

Este modo de vida indígena reverbera em sua economia de tal forma que está intrinsecamente relacionado ao modo de produção dos aldeamentos. Sahlins⁴ observa que é necessário fazer uma reavaliação da economia de caça e coleta que considere suas conquistas e limitação. Não se pode compreendê-la a partir de suas condições materiais ou de sua estrutura econômica, o que resultaria na conclusão de uma vida de pobreza. A modalidade doméstica de produção, aqui - modo de produção do aldeamento - é um projeto improvisado; *uma dialética sobre a sua relação com a natureza*. Pois, ao considerar as restrições e farturas próprias dos rigores da natureza, há uma adaptação desse projeto que apresenta os caminhos naturais e originais de uma resposta social, logo, deve ser entendido que *na pobreza, há abundância*.

Para os índios do Nordeste, sobretudo no século XIX, o modo de produção dos aldeamentos não podem ser entendidos apenas a partir da relação dos indígenas com a

¹ Acrescentar parágrafo sobre o uso da jurema, utilizando o livro *Os filhos da jurema na floresta dos espíritos*, de Clarice Mora Novais. Abordando, também a ancestralidade da construção de casa com palha de ouricuri.

² Ofício enviado pelo Diretor da Palmeira Alexandro Gomes de Oliveira ao Governo. Palmeira, 26 de novembro de 1826. Instituto Histórico e Geográfico Brasileira. Arquivos de documentos. Caixa 05. 03. 02 -1827.

³ Em virtude da Portaria de 6 de novembro de 1826 do Governo provincial.

⁴ SAHLINS, Marshall. *Economia de la piedra...* Op. Cit. p. 47

natureza, pois deve ser considerado o contexto político, bem como a sua situação territorial que passa por um constante processo de redução do espaço reservado à produção indígena. Sendo assim tem-se um tripé: indígenas, natureza e o campo de ação da política indigenista. Este campo de ação permite o diálogo da cosmologia indígena com a estrutura político- econômica do governo provincial e este encontro se dá no cotidiano. Uma porcentagem considerável das terras dos aldeamentos estavam arrendadas, havendo redução do espaço onde os indígenas pudessem produzir, cujas consequências podem ser vistas no modo de produção de alguns aldeamentos.

Ao contrário do que afirma Lindoso⁵, os arrendamentos não incentivaram o prolongamento de uma economia de coleta por parte dos indígenas, pois como a coleta e a caça faziam parte da sua economia, pode ter ocorrido que a economia de coleta passou a coexistir com outras práticas econômicas, inclusive com formas de trabalho assalariado. Contudo, os arrendamentos reduziram o espaço para o estabelecimento de um modo de vida indígena dentro dos aldeamentos que, inclusive, considerava a manutenção do recurso à caça, pesca e coleta, para obtenção do alimento. Desta forma, os indígenas continuaram esta prática, no entanto, desconsiderando os limites das propriedades circunvizinhas ou mesmo das terras arrendadas.

O comportamento dos indígenas do aldeamento da Palmeira ilustra o impacto da manutenção do modo de produção de aldeamento em um contexto descaracterizado para tal, quando o seu diretor⁶ denuncia que *os índios são naturalmente preguiçosos e vadios, e não tem outro modo de vida, que a caça e o roubo; mui raros são os que plantão; desta ordem só se conhecem Simão de tal, José Correia e Carlos de tal, todos os mais vivem precariamente, da caça e do roubo como levo dito*. Destaca-se que, segundo registro, havia cultivo da terra, mas neste caso, a caça e a coleta (o roubo) representavam os principais recursos para a economia do grupo que, por causa da limitação territorial em virtude da propriedade privada e dos arrendamentos, ganham contornos subversíveis.

⁵ Ver página TAL

⁶ Ofício enviado pelo Diretor da Palmeira Alexandro Gomes de Oliveira ao Governo. Palmeira, 26 de novembro de 1826... Op. Cit.

O próprio diretor reconhece a necessidade dos indígenas subverterem a ordem justificando que *sendo pois evidentemente, que os índios só se sustentam de caça e do roubo, que fazem nos gados e lavoura alheia, claro está, que lhes faltando estes recursos, ou hão de perecer a fome ou irem buscar o sustento onde o há mais fácil e seguro*. Uma leitura possível seria compreender a caça e a coleta enquanto manutenção de uma prática econômica indígena e, diante da situação posta - subverter-se ou subvertê-lo - prevalece a conservação de suas práticas.

Seguindo as referências indicadas pelo diretor⁷, pode-se inferir que os indígenas utilizavam instrumentos tradicionais em suas caças e coletas, tais como arco, rede de carreira e pote⁸ - segundo o diretor, material não digno *de ocupar um lugar no Museu Imperial ou Nacional*. A presença desses instrumentos, produzidos, utilizados e, possivelmente, comercializados pelos indígenas, constituem elementos que sinalizam aspectos do modo de vida indígena.

O caso do aldeamento de Palmeira, na década de 1820, permite observar a existência de uma organização indígena para lidar com questões cotidianas e estruturais. As primeiras - cotidianas - eram resolvidas com a manutenção da prática da economia de caça e coleta, como supracitado, enquanto que a segunda - estrutural - se dava no campo jurídico, onde os indígenas solicitavam intervenção do governo. Os próprios indígenas reivindicavam ao governo provincial a resolução do problema. Segundo ofício enviado pelos indígenas⁹, eles estavam em seu aldeamento *reduzidos ao fim de não poderem roçar, nem plantarem para sua sustentação e de seus filhos, que eles todos vivem do trabalho pela necessidade de sua indigência, própria de sua nação*. Portanto, haviam duas frentes de ações dos indígenas, sendo conduzidas pela busca por sobrevivência.

⁷ Ofício enviado pelo Diretor da Palmeira Alexandro Gomes de Oliveira ao Governo. Palmeira, 26 de novembro de 1826... Op. Cit.

⁸ *Não pude descobrir nesta Missão uma só obra das mãos dos índios; digna de ocupar lugar no Museu Imperial e Nacional; pois os mesmos índios apenas sabem fabricar um arco, um pote e uma rede de carreira, e isto mesmo muito mal feito*. Ofício enviado pelo Diretor da Palmeira Alexandro Gomes de Oliveira ao Presidente da Província Dom Nuno Eugênio de Lourenço Telles. Povoação da Palmeira, 8 de outubro de 1825. Arquivo Público de Alagoas. Seção de documentos. Diretoria Parcial dos Índios (1820-1872). M. 39, E. 11.

⁹ Ofício onde assinam os indígenas José Caetano Moreira; José Camelo; José Custódio de Menezes; Felipe Dantas; Pedro da Cunha; Inácio Manoel Dias, e; José Francisco, enviado ao Governo. Anadia, 1821. Arquivo Público de Alagoas. Seção de documentos. Diretoria Parcial dos Índios.

O modo de produção dos aldeamentos não podem ter como referência as possibilidades de produção existentes no contexto em que o aldeamento está inserido. Por outro lado, não se quer pensar os aldeamentos enquanto ilhas econômicas que não dialogam com o entorno, no entanto, torna-se necessária uma análise que não utilize referência comparativa, pois pode-se incorrer em erro. Existia uma demanda indígena e ela por si só, definia os limites da identidade.

Recorrer ao governo provincial era um recurso que parecia não atender as expectativas dos indígenas, assim, restava-lhes o governo imperial. Solicitar atenção do governo imperial possibilita pensar na existência de conflito de representação interna na estrutura administrativa do aldeamento: entre os indígenas e os diretores parciais, geral e presidência da província. Almeida¹⁰ sugere esta análise quando observa o caso do aldeamento Jacuípe, onde *o cotidiano da sociedade aldeada do Jacuípe carregava o peso da organização branca, por meio das autoridades, como Juiz de Paz e como o maioral da aldeia institucionalizado em seu posto*. Este conflito pode ser encontrado em praticamente, todos os aldeamentos, em alguns casos envolvendo representações de dois ou mais grupos.

A Capitão Mor do aldeamento Atalaia José Antônio Santiago acompanhado por indígenas dos aldeamentos de Atalaia e Santo Amaro, viajaram para a capital do império, Rio de Janeiro, para pedir a intervenção do governo imperial nas questões provinciais¹¹. Os meios conseguidos para esta viagem são incertos, mas pode-se deduzir que não foi fácil se deslocar até a capital, pois os indígenas logo na chegada, solicitaram roupas, haja vista as que usavam haviam se estragado na viagem. Os indígenas apresentaram uma lista de solicitações que retomam questões cotidianas e estruturais: a primeira delas, era a *Vossa proteção a Sua Magestade Imperial contra vários que os oprimem e lhes tiram as terras pertencentes a vila. Queixam-se por achar-se aquela vila reduzida a 100 homens capazes de armas, quando montava a 1600 antes dos rígidos recrutamentos ali feitos; pedem confirmação de nomeações de patentes para os*

¹⁰ ALMEIDA, Luiz Sávio de. Memorial biográfico de Vicente de Paula, o Capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008. p. 188.

¹¹ Processo protocolado pelo Intendente Geral de Polícia Luiz Paulo de Araújo Bastos encaminhando as petições dos indígenas representados pelo Capitão Mor do aldeamento da Atalaia José Antônio Santiago, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1828. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. Seção de manuscritos. C 528- 7.

indígenas, no caso, a de Capitão- Mor para Domingues Paes Cavalcante e de Ajudante da Ordem à Francisco Manoel de Lima, quando na oportunidade ressalta os feitos realizados pelos indígenas para serem merecedores das nomeações.

Um outro caso, este cotidiano, tem destaque: os indígenas apresentam um requerimento direcionado a Sua Majestade Imperial pelo índio Salvador Correia Lage *contra o escravo de um homem branco Manoel “Paes” Costa que com uma faca aleijou a mão direita de sua mulher Fernanda Dias Conceição, não sendo possível procurá-lo pelo dano por serem muito pobre e haverem-se aqueles se ausentado do lugar.* Não foi possível verificar se houve qualquer intervenção do Governo imperial nas questões locais, o que pode caracterizar uma certa autonomia da administração provincial na condução dos problemas indígenas e a insatisfação desses indígenas com a forma como estes problemas estavam sendo conduzidos localmente.

Não é o caso de transmitir uma sensação de submissão dos indígenas ao governo imperial que esvazie qualquer ação reivindicatória junto ao governo provincial. Pelo contrário, a tensão se dava no cotidiano, de forma prática, em pontos centrais para o sistema de economia de mercado: a apoderação da propriedade privada e o sequestro de seus bens. Os indígenas realizavam investidas em propriedades avizinhas ao aldeamentos através de suas práticas econômicas - caça e coleta - e isto provocava tensão em sua relação com os representantes do poder político e econômico local. Considerando o quantitativo de braços indígenas reunido em cada aldeamento¹² é de se supor um certo receio em conter esta prática com o uso da força, sem que houvesse suporte de força policial, por isto as constantes denúncias dos fatos ocorridos e a continuação desta prática que parece ser comum entre os indígenas do período. A tensão local pode ser vista no relato do diretor¹³:

Falem os donos dos gados, os agricultores e todos os povos que moram arredor da Missão: falem as contas, que inútil, mas

¹² Como referência da população dos aldeamentos neste período, segundo informações apresentadas pelo Capitão Mor dos Índios José Antônio Santiago, a população masculina do aldeamento Atalaia girava em torno de 530 indígenas entre casados e solteiros, distribuídos em 4 Companhia, sendo via de regra com uma média de 3 filhos. Mapa que fez o Capitão Mor dos Índios da Real Vila da Atalaia José Antônio Santiago, Vila da Atalaia, em 1828. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. Secção de manuscritos. C 528-7.

¹³ Ofício enviado pelo Diretor da Palmeira Alexandro Gomes de Oliveira ao Governo. Palmeira, 26 de novembro de 1826. Op. Cit.

justamente tem dado contra estes, aqueles por se verem como em desesperação, sem segurança pessoal e de seus bens; falem, enfim, os moradores desta Freguesia e o mesmo Pároco, que não puderam contar as vezes que tem presenciado as faltas e desprezo a Santa Religião, as Leis, as Autoridades, os absurdos, os roubos, assassinatos escandalosos, e toda a casta de violências e barbaridades praticadas pelos índios, até na presença do Juiz territorial e Câmara respectiva, quando acontece estar de Correição no lugar.

Esta tensão não estava localizada apenas na região agreste, no aldeamento da Palmeira, também pode ser observada, sobretudo na zona da mata, região Norte da província, onde havia a concentração de três aldeamentos: Jacuípe, Cocal e Urucu. Os aldeamentos apresentavam possibilidades de conflitos nas mais variadas escalas, sejam de ordem interna ou externa. Baseando em correspondência enviada pela presidência da província ao Capitão Mor de Porto Calvo em 17 de setembro de 1829, Almeida¹⁴ a intensidade das mais diversas alianças estabelecida pelos indígenas:

A instrução, na verdade comportava uma peça acusatória quanto aos índios, levando a que se verificasse a forma como o aldeamento estava sendo qualificado. O Presidente da Província estava dizendo ou repetindo o que lhe havia escrito de Porto Calvo: os índios não estavam consentindo que as prisões fossem realizadas e, ainda por cima, andavam abrigando escravos fugidos. Portanto, o aldeamento encontrava-se mesclado: os índios andavam de proteção a desertores e dando oportunidade para que se estruturasse um coito de escravos.

Neste ponto tem-se duas situações que influenciaram na organização interna dos aldeamentos e na reconfiguração do campo de ação da política indigenista, a serem desenvolvidos: A tensão no aldeamento de Jacuípe provocou o estopim¹⁵ para um

¹⁴ ALMEIDA, Luiz Sávio de. Memorial biográfico de Vicente de Paula, o Capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana... Op. Cit. p. 189.

¹⁵ A morte de Hipólito Nunes Barcelar, aliado dos indígenas em disputa com a sociedade branca.

conflito aberto nas matas do Norte, cabanada¹⁶. Outro ponto para reflexão é o impacto da criação da Guarda Nacional em 1834 nos aldeamentos¹⁷.

Produção interna e comercialização

Um tom tranquilizador, para a sociedade nacional, na década de 1850, envolve o relato do Diretor Geral dos Índios em relatório¹⁸ enviado à presidência da província: *Nesta Província não há felizmente tribos errantes, nem selvagens e todos os índios, ou indígenas são mansos e vivem aldeados, com exceção de um ou outro que se mistura na sociedade com os demais brasileiros*. Neste relatório, Pitanga apresenta um balanço da produção nos aldeamentos revelando uma economia indígena baseada no cultivo da terra, cujo objetivo principal seria o próprio sustento, também havendo, eventualmente a comercialização de alguns produtos, quando excedentes.

Praticamente todas as terras dos 8 aldeamentos eram cultiváveis¹⁹, exceto Colégio onde apenas parte das terras era lavrável, mas, ainda assim, podia-se encontrar roças. Colégio ficava²⁰ às margens do rio São Francisco e isto, possivelmente, interferia em seu modo de produção, caracterizando-o como uma economia mais complexa, com o desenvolvimento de atividades de pesca e a confecção de louças²¹; práticas ancestrais que discriminava o trabalho de homens e de mulheres, permitindo pensar na divisão da produção baseada em características de gênero. A produção destas atividades, possivelmente, era comercializada nas feiras da cidade, caracterizando mais uma via de diálogo com a sociedade envolvente.

O caso do aldeamento Atalaia, às margens do rio Paraíba, assemelha-se ao Santo Amaro - distante duas léguas - onde se concentrava a maior população indígena aldeada,

¹⁶ A interferência da cabanada na organização interna dos aldeamentos será desenvolvida posteriormente, inclusive com a utilização de outros autores, além de Almeida, como, por exemplo: LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada: rebeliões de pobre nas matas do tomo real*. 2ª edição. Coleção Nordestina. Maceió: Edufal, 2005; ANDRADE, Manoel Correia de. *A guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

¹⁷ Ponto que será acrescentado após tratamento das fontes.

¹⁸ PITANGA, José Rodrigues Leite. Relatório apresentado ao presidente da província Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque em 22 de dezembro de 1854. Arquivo Público de Alagoas. Diretoria geral dos Índios. M-37; E-11 (1844-1863).

¹⁹ PITANGA, José Rodrigues Leite. Relatório apresentado ao presidente da província Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque em 22 de dezembro de 1854. Op. Cit.

²⁰ Utilizamos o verbo no passado em virtude do território do aldeamento do Colégio não corresponder a atual aldeia Kariri-Xocó, onde o grupo ainda busca a restituição territorial, destacando que há estreita relação entre os indígenas do século XIX e os atuais.

²¹ VER: artigo de Sávio sobre a cerâmica Kariri- Xocó para fechar parágrafo.

o terreno é todo agrícola e feliz, mas os índios só têm direito no lugar onde mora, o diretor destaca ainda que os indígenas *plantam, lavram mandiocas para se manterem e afluir o mercado dessa Cidade*. No aldeamento Jacuípe, às margens do rio Jacuípe, e no aldeamento Cocal, às margens do rio Camaragibe, os indígenas cultivavam a terra, plantavam mandioca, No entanto, destaca-se o corte e transporte de madeira, extraídas das matas dos aldeamentos e arredores, para comercialização. Já madeira produzida no aldeamento Urucu, havia redução na disponibilidade deste recurso, haja vista o tempo de exploração. No entanto, o diretor conclui dizendo que no aldeamento Urucu *feliz, vivem os índios da lavoura*²².

As condições econômicas dos aldeamentos extraídas do relatório do diretor geral tem como objetivo apresentar elementos para se pensar na economia de aldeamento, que, ressalta-se, está intrinsecamente vinculada as questões estruturais com a regularização territorial e o recrutamento forçado da força de trabalho indígena. Esta seria uma economia possível para os índios, podendo inferir no nível de satisfação indígena apresentado pelo diretor que houve adaptação da população aldeada às novas condições: disponibilidade de espaço mínimo para uma economia agrícola, considerando a redução das terras dos aldeamentos²³.

Um exemplo de como o etnocentrismo interfere na leitura da condição de vida do outro é apresentado pelo diretor geral dos índios no exercício de sua função, que era *garantir melhorias na vida dos indígenas*. Pitanga em relatório²⁴ observa que *o trabalho dos índios, seja de agricultura ou indústria, apenas lhes dá para sua subsistência e vestirem pela maior parte muito mal, não havendo, contudo, aldeia onde os homens ou as mulheres andem nus*. Questiona-se aqui valores subjetivos, neste caso, a qualidade de alimentação e vestimenta, algo que, a princípio, revela muito mais a visão de mundo do diretor do que a dos indígenas.²⁵

²² Relatório enviado pelo Diretor Geral dos Índios José Rodrigues Leite Pitanga à Presidente da Província José Antônio Saraiva em 31 de janeiro de 1854. Arquivo Público de Alagoas. Seção de documentos. Diretoria Geral dos Índios (1864- 1875). M. 38; E. 11.

²³ Este é um ponto que deve ser aprofundado no decorrer da pesquisa com a utilização de outras fontes.

²⁴ Relatório enviado pelo Diretor Geral dos Índios José Rodrigues Leite Pitanga à Presidente da Província José Antônio Saraiva... Op. Cit.

²⁵ Pensar.

Na perspectiva do diretor²⁶, os indígenas são sempre apresentados como uma *civilização atrasada*, mesmo que, *não se pode dizer que haja decadência*, ou ainda, que *todas as aldeias gozam de um clima saudável, única felicidade que tem os índio*, permanece a necessidade de *providências que os tire do estado de miséria que domina as aldeias e os ponha igual aos outros brasileiros*. Há o reconhecimento de algum bem estar nos aldeamentos, mas a este acompanham propostas que buscam promover a civilização dos indígenas, que seria equiparar o modo de vida indígena com o modo de vida dos nacionais. Na perspectiva indígena, há a utilização dos recursos das terras disponíveis nos aldeamentos - as que não foram arrendadas - bem como o avanço sobre as terras circunvizinhas como forma de adaptar a sua produção à disponibilidade de espaço. Como sugere Sahlins²⁷, esta adaptação resulta da dialética entre indígenas, natureza, no contexto da política indigenista que deve considerar, inclusive, que o modo de produção de aldeamento, a depender de variáveis, não consiga produzir a quantidade de alimento necessária para garantir o bem estar, mesmo que busque uma organização para isso.

As intervenções de não indígenas no modo de produção dos aldeamentos desestabiliza o seu modo de produção. Possivelmente a extração de madeira para comercialização interferia na economia indígena, provocando, ao contrário do que o diretor geral dos índios apresenta, uma redução na quantidade de alimento. Uma possibilidade apresentada por Paraíso²⁸:

O tipo de economia extrativista desenvolvida pelos jesuítas deve ter tido sérias implicações no padrão de vida dos grupos ali concentrados. A destinação de tempo para as atividades que não revertiam diretamente na produção de alimentos[...] pode ser um elemento explicativo das constantes referências às condições precárias vividas pelos índios no local.

²⁶ Relatório enviado pelo Diretor Geral dos Índios José Rodrigues Leite Pitanga à Presidente da Província José Antônio Saraiva... Op. Cit.

²⁷ SAHLINS, Marshall. Economia de la piedra... Op. Cit. p. 85.

²⁸ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Caminhos de ir e vir e caminho sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1982. p. 93

A intensidade de trabalho de um sistema de economia de mercado varia inversamente a capacidade de trabalho do que seria um modo de produção de aldeamento. Entende-se que a economia indígena reserva tempo para outras formas de produção, como, por exemplo, a formação e iniciação das crianças nas práticas ritualística - seguindo a referência do uso da jurema - e as possíveis obrigações realizadas pelos adultos. Quando a organização do trabalho destina-se a comercialização interfere na organização econômica, mas, sobretudo social dos indígenas, desentruando não só a forma de sustento do grupo, como também a manutenção e transmissão do conhecimento tradicional.

Arremate para uma economia indígena no final do século XIX

A tensão gerada pela sobreposição de dois modos de produção nos aldeamentos, um baseado na economia indígena e outro em uma economia de mercado, produziu um discurso, oficial, sobre os indígenas no século XIX que os caracterizava como não civilizados, mas qualificava-os como preguiçosos, vadios, ladrões, etc., qualidades consideradas passíveis de serem transformadas, pois resultavam de uma condição primitiva. Seria possível transformar o indígena em cidadão, o primitivo em civilizado através de um projeto de integração desta população à sociedade nacional.

A orientação do Bacharel, em relatório²⁹, quando consultado sobre a possível dispensa dos diretores das aldeias, seguiu a perspectiva de uma economia de mercado, visando otimizar a produção através das disponibilização da força de trabalho indígena que não poderiam desenvolver a sua economia, além da liberação das terras dos aldeamentos. A bacharel observa que com a extinção dos aldeamentos, tem-se:

o duplo resultado de se poder contar com os bons serviços dos índios aqui, e discriminadas as terras que defendem como sua propriedade, haverá sobras que, ora improdutivas, poderão ser vendidas com aproveitamento para as rendas do estado, visto como no geral plantam em pequenas escala ou, para melhor dizer, apenas os legumes que chegam malmente á sua subsistência.

²⁹ Relatório Bacharel Manoel Lourenço da Silveira apenso ao relatório do Presidente da Província Antônio Alves de Souza Carvalho. Falla à Assembléia Legislativa das Alagoas, pelo Presidente da Província Antônio Alves de Souza Carvalho, na abertura da 1ª Sessão ordinária da 14ª legislatura, a 15 de junho de 1862. Maceió, Typografia do Diário Commercial. Rua de Maceió, Spbrado. 1862.

Portanto, a questão central para o projeto do governo provincial para os indígenas girava em torno de terra e trabalho. No que se refere ao trabalho, este projeto aproxima os indígenas do camponês, visto ser este o espaço reservado para eles serem recebidos como civilizados pela sociedade envolvente. Em relatório³⁰ do final da década de 1860, o diretor dos índios observa que:

Os índios são, como todos os que habitam o campo, agrícolas. A agricultura que, desde os tempos os mais remotos, tem sido o recurso onde todos vão encontrar os meios de subsistência, parece que é o meio mais fácil e próprio d'aqueles que não podem dispor de grandes recursos

Neste relatório o diretor apresenta os indígenas enquanto força de trabalho para o desenvolvimento econômico. Defende que os indígenas representam os braços mais preparados para o trabalho agrícola, além de existir entre eles vários mestres de ofício, como carpinteiro, pedreiro e alfaiate³¹. A proximidade da extinção dos aldeamentos revela o caminho percorrido pelos indígenas em sua relação com a sociedade envolvente. Neste caminho, o modo de produção de aldeamento se transforma estreitando as possibilidades de adaptação da economia indígena. Entendendo a economia indígena enquanto resultado da dialética entre os indígenas e a natureza no contexto da política indigenista, é possível verificar uma plasticidade desta economia, adequando às mais variadas condições, no sentido de manter-se indígena apropriando-se de elementos externos à identidade.

³⁰ Relatório enviado pelo Diretor Geral dos Índios José Rodrigues Leite Pitanga ao Presidente da Província José Bento da Cunha Figueiredo. Quartel da Diretoria Geral dos Índios da Província de Alagoas, 21 de julho de 1869. Arquivo Público de Alagoas. Seção de documentos. Diretoria Geral dos Índios. M. 38, E. 11 (1864- 1875).

³¹ Inserir a discussão da formação da mão-de-obra indígena utilizando as mapas da população que indica ofícios.